

### Consórcio Complexo Nascentes do Pantanal

União pelo desenvolvimento dos municípios

01h37m

Página: 1/7

Impressão: 20/08/2025 às

**Autor:** Consórcio Complexo Nascentes do

**Pantanal** 

**Local:** Legislação e Atos Oficiais, Resoluções Normativas.

Aprovada: 08/02/2019, Sancionada:

# Resolução Normativa nº 060/2019, de 08 de Fevereiro de 2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ADIANTAMENTOS PARA REALIZAÇÃO DE **DESPESAS URGENTES E DE PEQUENO VULTO NO ÂMBITO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE** DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO REMÉDIO, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato Consórcio;

Considerando o disposto nos artigos 65, 68 e 69, todos da Lei 4320/64, e no Parágrafo Único, do artigo 60, da Lei n. 8666/93, e demais normas aplicáveis, e a aprovação desta Resolução na Assembleia Geral Ordinária do dia 08 de fevereiro de 2019;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer normas internas visando disciplinar a concessão e a prestação de contas de adiantamento, para realização de despesas de pequeno vulto que pela urgência ou natureza, não possam subordinar-se ao processo de licitação.

Art. 2°.O adiantamento solicitado pelo Secretário Executivo e autorizado pelo Presidente do Consórcio, será entregue a servidor efetivo ou ocupante de cargo em comissão, em efetivo





## **Consórcio Complexo Nascentes do** Pantanal

União pelo desenvolvimento dos municípios

Página: 2/7 Impressão: 20/08/2025 às

01h37m

exercício, para aplicação do recurso no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e comprovação e prestação de contas em 90 (noventa) dias, contados da sua concessão.

Parágrafo único. A solicitação de adiantamento será precedida, obrigatoriamente, de motivação suficiente que evidencie a necessidade e excepcionalidade da despesa, e discriminação, sempre que possível, dos objetos a serem adquiridos.

Art. 3°.Os adiantamentos serão concedidos, depois de expressamente autorizados, através de nota de empenho em nome do servidor, somente nos elementos de despesas: 33.90.30 - material de consumo; 33.90.36 - serviços de terceiros pessoa física; 33.90.39 - serviços de terceiros pessoa jurídica; 33.90.33 - passagens.

Parágrafo único. O adiantamento à conta de determinado crédito orçamentário ou adicional, não poderá atender elemento de despesa distinto do constante na solicitação, concessão e nota de empenho respectiva.

- Art. 4°.O adiantamento poderá ser concedido para atender despesas que devam ser realizadas:
- I Com aquisição de materiais e/ou contratação de serviços de pequena monta;
- II Em localidades fora da sede do Consórcio;
- III -Para atender despesas de viagens, nelas incluídas hospedagens, alimentação, passagens, locomoção urbana e outras, desde que não acobertadas por diária;
- IV -Despesas com veículos, como combustível, lubrificantes, peças, mão-de obra e outras;
- V -Quando o fornecedor não dispuser de conta em estabelecimento bancário em que possa receber a ordem de pagamento;
- **VI** -No exterior;
- VII -Em caráter de urgência ou em situações extraordinárias, devidamente caracterizadas, das quais possam resultar eventuais prejuízos ao Consórcio ou perturbar o atendimento das suas demandas institucionais.



Estado de Mato Grosso

planejadas pela administração.

**Consórcio Complexo Nascentes do** Pantanal

União pelo desenvolvimento dos municípios

Página: 3/7

Impressão: 20/08/2025 às

01h37m

Art. 5°.O adiantamento para custear as despesas mencionadas no artigo anterior obedecerá aos seguintes limites:

Parágrafo único. Não será concedido adiantamento para aquisição de materiais permanentes ou

para pagamento de serviços ou compra de materiais que pela sua previsibilidade, devem ser

I -10% (dez por cento) do valor mencionado na alínea "a", do inciso II, do artigo 23, da Lei 8.666/93, para custeio de outros serviços e compras em geral.

§ 1°. As despesas unitárias, custeadas por adiantamento, não poderão ter valores superiores a um salário mínimo, salvo as previstas nos incisos II, VI e VII, do artigo 4º desta Resolução.

§ 2°.É vedado o fracionamento das despesas para adequar ao limite máximo permitido de gasto, sob pena de caracterizar o desvio de finalidade e consequente responsabilização daquele que lhe der causa.

Art. 6°.O servidor que receber adiantamento é obrigado a prestar conta de sua aplicação, sujeitando-se à tomada de contas se não o fizer no prazo estabelecido no art. 2º desta resolução, sem prejuízo das demais sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis.

Parágrafo único. O detentor do adiantamento é o responsável pela correta aplicação dos recursos sendo vedada a transferência de responsabilidade ou a sua substituição no adiantamento recebido em seu nome.

- Art. 7°.Não será concedido adiantamento ao servidor:
- I -Que estiver pendente com prestação de contas de adiantamento recebido anteriormente;
- II -Que estiver na função de ordenador de despesas, exceto quando nas situações previstas no inciso VI do artigo 4° desta Resolução;
- III -Que tenha sido declarado em alcance, em face de prestação de conta julgada irregular;
- IV -Que estiver respondendo processo administrativo disciplinar ou sindicância;



Consórcio Complexo Nascentes do Pantanal

Página: 4/7

01h37m

Impressão: 20/08/2025 às

União pelo desenvolvimento dos municípios

V -Durante o período de férias.

**Art. 8°.** Despesas realizadas irregularmente geram a responsabilidade daqueles que lhe deram causa e a obrigação de restituição dos valores aos cofres do Consórcio.

**Art. 9°.**O processo de prestação de contas de adiantamento deverá conter, no mínimo:

I -O ato de concessão do adiantamento, a data de entrega do numerário e o prazo fixado para sua aplicação;

**II** -Fotocópia da nota de empenho e da liquidação com a qualificação completa do servidor beneficiário do adiantamento e o comprovante de transferência do numerário para a conta do servidor beneficiário do adiantamento;

**III** -Os comprovantes originais das despesas realizadas, em folhas numeradas sequencialmente, inclusive os comprovantes de viagens;

IV -O original de depósito bancário relativo a eventual saldo de adiantamento restituído;

V -O demonstrativo de receita e despesa, evidenciando a movimentação financeira;

**VI** -A declaração do servidor beneficiário do adiantamento de que tem pleno conhecimento das normas que regulamentam o regime de adiantamento.

§ 1°. Na hipótese de o somatório das despesas ultrapassar o montante do adiantamento, o servidor beneficiário deverá anexar ao processo de prestação de contas, declaração expressa de desistência de reembolso pelo Consórcio.

§ 2°.Os documentos comprobatórios de despesas não poderão conter rasuras, acréscimos, emendas ou entrelinhas.

**Art. 10.**Os documentos que farão prova das despesas, deverão ser emitidos pela pessoa física ou jurídica que prestou o serviço ou forneceu o material, em nome do Consórcio, devendo constar:

I -A data de emissão;



Página: 5/7

Impressão: 20/08/2025 às

01h37m

II -A discriminação clara do serviço prestado ou do material fornecido;

- III -Número da placa do veículo e quilometragem, ou numero da frota, quando se tratar de fornecimento de combustíveis, lubrificantes e consertos de máquinas e veículos.
- IV -O nome, o número do Cadastro de Pessoas Físicas CPF e do Registro Geral RG, endereço completo e assinatura, no caso de documento comprobatório de despesa emitido por pessoa física.
- § 1°Somente serão aceitos documentos comprobatórios de despesas emitidos em igual data ou em data posterior à concessão e recebimento do numerário pelo servidor.
- § 2º Deverá constar dos documentos comprobatórios de despesas, a atestação de que os serviços foram prestados ou de que os materiais foram fornecidos, efetuada por servidor devidamente identificado pelo nome, cargo, função e assinatura legível que não seja o beneficiário do adiantamento.
- Art. 11.0 adiantamento deverá ser aplicado dentro do exercício financeiro em que for recebido, salvo os casos previstos nos incisos VI e VII, do artigo 4°, desta Resolução, quando poderão ser aplicados no exercício subsequente, respeitado o prazo estabelecido pelo Presidente.
- Art. 12.Os servidores beneficiários de adiantamento deverão depositar o saldo de adiantamento não utilizado na conta corrente do Consórcio, cujo valor será revertido à dotação orçamentária própria, e será considerado como receita no encerramento do exercício financeiro em que se realizou o adiantamento.
- Art. 13. Compete ao Secretario Executivo analisar a regularidade da aplicação dos recursos financeiros adiantados. E quando o Secretário Executivo for o beneficiário a competência caberá ao Contador do Consórcio.
- § 1º. Recebidas as prestações de contas, o Secretario Executivo ou o Contador verificará se as disposições da presente Resolução foram inteiramente cumpridas, fazendo as exigências necessárias quando for o caso.



Conselho Fiscal e dos municípios consorciados.



## Consórcio Complexo Nascentes do Pantanal

União pelo desenvolvimento dos municípios

Página: 6/7 Impressão: 20/08/2025 às

01h37m

§ 3º. Nos casos em que a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido, o beneficiário/responsável será notificado a fazê-lo no prazo máximo de 15 (quinze) dias ou para efetuar o recolhimento dos recursos financeiros antecipados, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, corrigido monetariamente, na forma da Lei.

§ 2º.No caso das contas terem sido aprovadas, a Secretaria Executiva encaminhará o processo à Contabilidade, para registro e demais lançamentos contábeis necessários, e, arquivar o processo

de prestação de contas que ficará a disposição do Controle Interno, Tribunal de Contas, do

- § 4º. Na hipótese do parágrafo anterior ou em caso de não aprovada a prestação de contas, após exauridas as providências cabíveis, o ordenador de despesas, comunicado, procederá à instauração da Tomada de Contas Especial, na forma da lei.
- § 5º. A critério da autoridade competente, antes da instauração da Tomada de Contas Especial poderá ser determinadas providências saneadoras, afim de notificar o responsável, assinalando prazo de, no máximo, 30 (trinta) dias, para que apresente a prestação de contas ou recolha o valor do débito imputado, acrescido de correção monetária e juros de mora, bem como, as justificativas e as alegações julgadas necessárias, nos casos em que a prestação de contas não tenha sido aprovada.
- Art. 14. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução Normativa № 05/2012.

GABINETE DO PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL AOS 08 DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2019.

PUBLIQUE-SE, DIVULGUE-SE.



Página: 7/7

Impressão: 20/08/2025 às

01h37m

### **PAULO REMÉDIO**

#### **Presidente**

CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal

#### **ANEXOS:**

Publicação Resolução Normativa nº 60/2019 - Publicado: 08/02/2019 às 16h58m - [pdf] - [140.0 KB]

https://www.nascentesdopantanal.org.br/transparencia/legislacao-e-atos-oficiais/908-resolucao-normativa-n-060-2 019-de-08-de-fevereiro-de-2019

